

Estado da arte sobre as construções sociais da mulher agente penitenciária no sistema prisional brasileiro

State of the art on the social constructions of women prison officers in the Brazilian prison system

Pauline Miranda¹

Resumo

O presente artigo apresenta uma pesquisa, do tipo Estado da Arte, o qual teve como objetivo compreender as relações de gênero feminino no trabalho penitenciário nas pesquisas acadêmicas brasileiras, nos últimos cinco anos. Os dados levantados, levaram a trezentos e setenta trabalhos, nos bancos de dados dos repositórios em pesquisas desenvolvidas nos anos de 2017 a 2021, no Brasil. Destes, foram analisados quatorze que faziam referência à temática, evidenciando que ainda são escassas as pesquisas com essa temática e que ocorreram em maior número na região Sul do país. A partir da análise, foi possível delinear categorias que sustentaram as pesquisas, a saber: saúde e qualidade de vida e questões de gênero e as violências nas relações de trabalho. Ademais, os estudos sugeriram que as mulheres sofrem violências diversas no âmbito do trabalho, são preteridas em cargos de chefia e sofrem adoecimento mental e físico durante os anos de atuação.

Palavras-chaves: Gênero feminino; Sistema prisional brasileiro; Violências nas relações de trabalho.

Abstract

This article presents a research, of the State of the Art type, which aimed to understand the female gender relations in prison work in Brazilian academic research, in the last five years. The data collected led to three hundred and seventy works, in the databases of the repositories in research developed in the years 2017 to 2021, in Brazil. Of these, fourteen that referred to the theme were analyzed, showing that there are still few studies on this theme and that they occurred in greater numbers in the southern region of the country. From the analysis, it was possible to outline categories that supported the research, namely: health and quality of life and gender issues and violence in work relationships. In addition, studies have suggested that women suffer various forms of violence at work, are neglected in leadership positions and suffer mental and physical illness during their years of work.

Keywords: Feminine gender; Brazilian prison system; Violence in work relationships.

1. Introdução

As mulheres com muita luta vêm ganhando espaços de reconhecimento na esfera laboral nas últimas décadas. Os desafios são diários e a cada dia buscam-se

¹ Mestre em Educação Profissional pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialização em andamento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação pela UFSM. E-mail: pauline.v.miranda@hotmail.com

lugares de atuação nas áreas educacionais, políticas, públicas, sociais e culturais, incluindo o avanço em profissões dominadas e tipicamente masculinas.

As carreiras policiais no Brasil, ainda sob domínio dos homens e do universo machista, incluem mulheres como servidoras. Entretanto, ainda persiste um abismo de preconceito, falta de representatividade em cargos de chefia, reconhecimento, salários inferiores, entre outros. Nas carreiras penitenciárias, onde a maioria dos presos são homens, os Estados em suas seleções de concursos públicos e nas distribuições funcionais e de cargos priorizam a escolha de homens.

Desta forma, as agentes penitenciárias atuantes no sistema prisional brasileiro, sofrem diuturnamente os riscos que afetam a sua saúde física, mental e social, associados as desigualdades sofridas pelas mulheres em seu ambiente de trabalho. Frente as escassas pesquisas relacionadas ao gênero feminino, no espaço pouco explorado das prisões, mostram-se relevante a temática, para fins de chamar atenção e buscar melhorias para esse espaço de atuação.

Optou-se pela construção de um Estado da Arte sobre o universo de gênero de agentes penitenciárias em atuação funcional. O problema deste artigo se deu na questão: como são abordadas as temáticas de gênero feminino de agentes penitenciárias em trabalhos científicos desenvolvidos no Brasil? Para tanto, teve-se como objetivo: compreender as relações de gênero feminino no trabalho penitenciário nas pesquisas acadêmicas brasileiras, nos últimos cinco anos.

A proposição deste trabalho foi a apresentação de trabalhos que ajudem pesquisas posteriores sobre a temática e o fomento de debates dentro das instituições sobre a questão. O artigo foi estruturado, primeiro através desta introdução para a contextualização dos itinerários de constituição do trabalho da mulher no sistema prisional. Segundo, o seu delineamento metodológico, de estado da arte e de delimitação do processo de investigação. Terceiro, os resultados e discussões, através da análise dos trabalhos encontrados nas plataformas pesquisadas. Por fim, as considerações finais, ressaltando pontos de confluências e sugestão de estudos futuros sobre a temática

2. Encaminhamentos metodológicos

Optou-se por um levantamento de estudos e pesquisas sobre a temática de gênero feminino em servidoras penitenciárias, através da elaboração de uma pesquisa do tipo Estado da Arte, que conforme a autora Ferreira (2002, p. 258) definem-se:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

Para a seleção dos trabalhos, optou-se pela pesquisa bibliográfica e utilizaram-se os bancos dos repositórios Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, Banco de Dissertações e Teses da Capes, desenvolvidos nos anos de 2017 a 2021, no Brasil.

A seleção dos trabalhos foi realizada no mês de novembro de 2021 se deu através de procedimentos metodológicos qualitativos para coleta e análise, utilizando-se o descritor “agentes penitenciárias”. Os critérios de inclusão foram conter o termo completo da busca no nome, resumo ou texto, além de estar disponível para a leitura. Não foram selecionados textos duplicados encontrados em mais de um repositório.

Conforme apresentado no Quadro 1 foram localizados trezentos e setenta trabalhos, incluindo artigos, monografias, dissertações de mestrados e teses de doutorado. Após a seleção dos artigos que se relacionavam a temática e o objetivo deste trabalho, foi realizada a leitura completa, a fim de identificar a pertinência com o foco da pesquisa.

Quadro 1 – Repositórios e trabalhos encontrados/selecionados com base no termo de busca “agentes penitenciárias”

| Repositório | Artigos encontrados | Trabalhos selecionados |
|------------------|---------------------|------------------------|
| Scielo | 5 | 1 |
| Google Acadêmico | 346 | 12 |
| Capes | 19 | 1 |
| | Total: 370 | Analisados: 14 |

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Foram selecionados quatorze trabalhos para análise e a categorização dos itens relacionados à investigação. Através das leituras, os artigos foram organizados quanto aos seus entrelaçamentos e desprendimentos, por intermédio da análise de conteúdo de Bardin (2011), sendo que as categorias que emergiram foram: saúde e qualidade de vida e as questões de gênero e a violência nas relações de trabalho.

3. Resultados e discussões

As mulheres vêm ganhando posições no mundo do trabalho e espaços de atuação no sistema prisional brasileiro. Segundo Schneider, Signorelli e Pereira (2017, p. 3004) “às agentes penitenciárias é atribuído o papel de salvaguardar a sociedade civil, contribuindo através do tratamento penal, da vigilância e custódia da pessoa presa no sistema prisional, conforme determinadas pelos instrumentos legais”.

As servidoras penitenciárias cabem os papéis de atuação direta com presos, em atividades de escolta, custódia e segurança, bem como o trabalho de fundamental relevância nos dias de visita, pois, majoritariamente, as visitantes são mulheres. Bem como se destacam em atividades que carecem de maiores cuidados e precisão, como a revista de pertences trazidos para os presos durante a visita. Farias e Menegat (2020, p. 2) reforçam que “as agentes atuam de maneira fundamental dentro do sistema prisional, mostrando-se importantes para atendimento humanizado nas situações cotidianas do trabalho, e por isso deveriam ser alvo de uma observação mais cuidadosa e mais valorizada”.

No entanto, essa rotina de trabalho, quando associada às condições de baixo efetivo funcional, a falta de valorização e o contato direto com os presos, fazem a profissão se tornar perigosa. Segundo Venâncio (2020, p. 313) “a profissão de agente penitenciário é considerada uma ocupação arriscada e estressante, podendo gerar distúrbios tanto físicos como psicológicos”.

Para além desta mazela profissional, em grande parte dos casos, dentro dos presídios e penitenciárias, a dinâmica é andocêntrica. Os presídios não foram feitos para atender as mulheres, nem as presas, nem as servidoras, fomentando a invisibilidade e a violência de gênero. Os Estados se omitem no seu papel de fazer políticas integrativas e de reinserção de mulheres presas na sociedade.

No contexto funcional, a mulher sofre a invisibilidade, a priorização da escolha do homem ante a mulher em cargos de chefia e situações que exigem decisões acerca das rotinas disciplinares dos apenados. Mulheres são escolhidas como últimas opções, porque são consideradas sem força física (em caso de alguma intercorrência dentro da penitenciária), além de consideradas sem voz ativa para conversar com os líderes dos presos e conduzir escoltas de risco. Segundo Costa e Silva e Carvalho (2014, p. 347), “as construções de gênero baseadas na atribuição de papéis e identidades dicotômicas aos corpos biológicos de homens e mulheres, constituem relações desiguais, sobretudo nas sociedades patriarcais, atravessando os diversos espaços e práticas sociais”.

Ao ser realizada a consulta nos repositórios, durante o processo de seleção, foram recorrentes as temáticas de agentes penitenciários de forma geral, incluindo homens e mulheres, bem como sobre mulheres presas, demonstrando que foram escassas as pesquisas que retratavam as questões de atuação de labor do gênero feminino no sistema prisional.

No Banco de Dissertações e Teses, três dissertações de mestrado não tinham autorização para divulgação, bem como encontramos artigos duplicados que estavam disponíveis em mais de um repositório. Para a melhor visualização da distribuição dos trabalhos, apresentamos no Quadro 2 as categorias de análise.

Quadro 2 – Categorias de análise e artigos encontrados

| Categorias | Artigos/ Trabalho de Conclusão de Curso/ Dissertações/ Teses |
|--|---|
| Saúde e Qualidade de Vida | <ul style="list-style-type: none"> - Silva (2020). Hipertensão arterial em mulheres presas e agentes penitenciárias brasileiras - Rossato (2017). Qualidade de vida entre agentes da penitenciária Feminina 'Ana Maria do Couto May/Mato Grosso - Venâncio et al. (2020). Esgotamento psicológico e qualidade de vida de agentes penitenciárias de uma unidade penal feminina |
| Questões de Gênero e as Violências nas Relações de Trabalho | <ul style="list-style-type: none"> - Farias, Menegat (2020). O agente penitenciário feminino no sistema prisional catarinense. - Madruga (2020). Agentes penitenciárias: mulheres no universo Masculino dos presídios da 5ª região penitenciária do Rio Grande do Sul - Attianesi (2019). A construção das feminilidades nos discursos das agentes Penitenciárias do instituto Penal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. - Soares (2017). Entre Muros, celas e sombras: história oral de mulheres trabalhadoras de uma instituição prisional. - Silva de Almeida, Enoque, Borges (2017). “Por trás dos muros...”: representações Sociais de gênero de agentes de Segurança penitenciária - Garcia (2019). “Ou aqui vocês são todos homens, ou aqui vocês são todas mulheres”: cárcere e o Mito da Virilidade pela perspectiva das agentes penitenciárias - Quirino et al. (2019). As “donas da cadeia”: reflexões sobre o trabalho das Agentes de segurança penitenciária de Minas Gerais |

- Barcinski, Cúnico, Brasil (2017). Significados da Ressocialização para Agentes Penitenciárias em uma Prisão Feminina: Entre o Cuidado e o Controle
- Rudnicki, Schäfer, Silva(2017). As máculas da prisão: estigma e discriminação das agentes penitenciárias
- Schneider, Signorelli, Pereira (2017). Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: intersecções entre gênero, trabalho, violência(s) e saúde.
- Costa, Lima, Ferracioli (2019). Violências nas relações de trabalho Em contexto prisional

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Quanto as regiões brasileiras abarcadas nas pesquisas, foram encontrados: um trabalho foi ao nível nacional, sete na região Sul e seis na totalidade das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, sendo dois realizados em cada uma destas regiões. Partindo disso, apresentamos e discutimos os resumos das obras nos parágrafos seguintes, de acordo com as categorias de análise.

3.1 Saúde e qualidade de vida

As prisões brasileiras contam com um suntuoso ambiente precário de superlotação, insalubridade, violência e outros condicionantes passíveis de alta transmissibilidade de doenças infecciosas e desenvolvimento de doenças psicológicas. Desta forma, é notável que a saúde de agentes penitenciários e presos apresentam vulnerabilidades frente as inúmeras doenças.

Associado a isso, a carga horária de trabalho em regime de plantão de vinte e quatro horas, a sobrecarga de tensão e a falta de efetivo funcional coerente com o aumento expressivo dos presos, facilita o desenvolvimento de doenças mentais, como depressão, síndrome de *Burnout*, estresse e esgotamento, o que leva a inúmeros afastamentos para tratamento.

Ademais, os agentes penitenciários sofrem com estigmas de uma profissão desvalorizada e estereotipificação de serem violentos, antiéticos, pobres, corruptos e torturadores, o que afeta a saúde mental dos servidores, que além de atuar em um ambiente violento, sofrem as discriminações sociais diversas. Conforme Rudnicki, Schäfer e Silva (2017, p. 609) “o contato com a prisão não é bem visto socialmente; afinal, trata-se de instituição que atua com indivíduos indesejados pela sociedade”.

A monografia intitulada “Qualidade de vida entre agentes da penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May/ Mato Grosso” teve como objetivo “analisar a qualidade de vida e características sociodemográficas, ocupacionais e

comportamento de saúde de agentes da Penitenciária Feminina ‘Ana Maria do Couto May’ que trabalham em regime de plantão 24/72 horas” (ROSSATO, 2017, p. 42). A pesquisa demonstrou o grande número de atestados médicos, devido a doenças mentais, ósseas e articulares e demais doenças crônicas, associada a carência de serviços de atenção à saúde. A maioria dos participantes da pesquisa não realizava atividades físicas com regularidade e faziam o consumo de estimulantes como café e bebida alcoólica. A autora sugeriu às secretarias estaduais, criar programas de atividades físicas e de saúde para aliviar as tensões e as pressões da prática profissional, além de mais pesquisas sobre a saúde do servidor penitenciário.

O artigo “Esgotamento psicológico e qualidade de vida de agentes penitenciárias de uma unidade penal feminina” teve como objetivo “avaliar o perfil sociodemográfico, os níveis de *Burnout* e a qualidade de vida e suas possíveis correlações em agentes penitenciárias de uma unidade penal feminina” (VENÂNCIO, 2020, p. 312). A pesquisa foi realizada no estado do Ceará, e apontou que a maioria das servidoras realizava atividades físicas regularmente e que faziam pouca ingestão de bebidas alcoólicas. Entretanto, foi constatado um moderado nível de *Burnout* e esgotamento, associado às horas extras realizadas, superlotação, baixo efetivo funcional, tensão e precária estrutura organizacional. Os autores sugeriram novas pesquisas para estratégias de promoção e proteção à saúde do trabalhador.

A tese “Hipertensão arterial em mulheres presas e agentes penitenciárias brasileiras” teve como objetivo “estimar a prevalência e os fatores associados à hipertensão em agentes penitenciárias e comparar a prevalência e características de mulheres presas e da população geral com hipertensão no Brasil” (SILVA, 2020, p.29). A pesquisa foi realizada ao nível federal e a autora relatou ser alta a prevalência de hipertensão arterial em agentes penitenciárias, provavelmente associada ao local que desenvolvem seu trabalho, com rotinas estressantes, de pressão, violência e sobrecarga de trabalho. A pesquisadora sugeriu que fossem feitas estratégias de promoção da saúde, às presas e agentes, que sofrem as mazelas de um sistema carcerário com falhas organizacionais e carência de recursos materiais e humanos.

Os três trabalhos apresentados acima ratificam que as rotinas estressantes e a sobrecarga de trabalho existem nas diferentes regiões brasileiras, mostrando-se cruciais para uma baixa qualidade de vida e ao desenvolvimento de doenças crônicas, psicológicas e ocupacionais, que atingem também a esfera física das agentes

penitenciárias. Mesmo com os dias de folga recomendados, mostrou-se que as servidoras, como forma de lidar com os problemas, fazem o uso excessivo de bebida alcoólica e de estimulantes, ambos prejudiciais à saúde.

Essas questões devem ser debatidas entre os gestores prisionais, que precisam criar redes de atendimento à saúde e apoio psicológico, rever as cargas horárias, reconhecer o trabalho realizado, realizar a reposição salarial e mais concursos públicos para a resolução de alguns dos problemas. Enquanto isso, os próprios trabalhadores do sistema prisional, precisam olhar para suas vidas e rotinas e tentar encontrar formas de amenizar os problemas, através da busca de ajuda com profissionais de saúde, momentos de lazer entre os amigos e familiares, e a prática de exercícios físicos.

3.2 Questões de gênero e as violências nas relações de trabalho

A questão de gênero se relaciona ao masculino e feminino, e a busca por direitos e igualdade das mulheres no Brasil que partiu de movimentos anteriores que ganharam força a partir da década de 1970. Mulheres no mundo do trabalho e nas várias esferas organizacionais fomentaram o aumento de pesquisas sobre a temática.

Como aponta Beauvoir (2016, p. 15) “por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu”. O ambiente prisional remete à força e a virilidade dos homens, enquanto às mulheres sugere fragilidade para atuar em um ambiente de hostilidade e violência.

Corroborando com estas questões, os autores Silva de Almeida, Enoque e Borges (2017, p. 102) afirmam que “a própria profissão apresenta especificidades que ora limitam, ora inibem a atuação da mulher nesse contexto, através da imposição de regras de vestimenta, de comportamento, de postura e de interação social no ambiente de trabalho”. Nesse sentido, seguem abaixo os trabalhos que demonstram a questão da mulher atuando em um espaço de trabalho hegemonicamente masculinizado.

O artigo intitulado “O agente penitenciário feminino no sistema prisional catarinense” teve como objetivo “verificar a atuação da figura feminina no ambiente prisional catarinense, analisando o posicionamento delas em relação aos cargos de chefia disponíveis” (FARIAS; MENEGAT, 2020, p. 1). As autoras reconheceram que

apesar do aumento da presença feminina nos cargos de chefia, o número em cargos de direção permanece inferior ao dos homens. Ao que parece, as características estruturais das penitenciárias não foram preparadas para as necessidades mulheres presas e trabalhadoras do sistema prisional, os concursos públicos fazem distinção entre as vagas femininas e masculinas no estado de Santa Catarina e sugeriram mais pesquisas sobre a presença feminina nas administrações penitenciárias.

No artigo “A construção das feminilidades nos discursos das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil” o objetivo foi “analisar as percepções das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande (IPCG) sobre a relação entre as ideias de feminilidade e o trabalho decorrente de suas profissões, presente em seus imaginários e suas narrativas” (ATTIANESI, 2019, p. 38). De forma geral, o texto trouxe uma discussão sobre a construção social da feminilidade, onde as pesquisadas reforçaram a posição tradicional do gênero masculino nas prisões, mesmo negando a diferenciação, além de confusões sobre o entendimento sobre as identidades de gênero e sexual. O autor sugeriu mais pesquisas no âmbito das Ciências Sociais no que tange o quesito prisões e gênero.

O artigo “Agentes penitenciárias no universo masculino dos presídios da 5ª região penitenciária do Rio Grande do Sul” teve como objetivo “a verificação de quais as implicações do ambiente e da dinâmica carcerária as mulheres agentes penitenciárias que atuam nos estabelecimentos prisionais da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul” (MADRUGA, 2021, p. 235). Nos resultados, as agentes penitenciárias referiram ser importante o debate sobre gênero e apontaram o déficit de servidoras e a necessidade de melhores condições de labor, o anseio de reconhecimento e a necessidade de qualificação funcional. A autora também sugeriu mais pesquisas e políticas sobre a questão prisional e gênero.

O artigo “As máculas da prisão: estigma e discriminação das agentes penitenciárias” teve como objetivo “verificar se as agentes penitenciárias são discriminadas em virtude de seu labor” (RUDNICKI; SCHÄFER; SILVA, 2017, p. 608). Na pesquisa, realizada no estado do Rio Grande do Sul, confirma-se a postura da mídia em estigmatizar a profissão de agente penitenciário, sempre associado a figuras depreciativas, corruptas e imperfeitas, o que chega as relações extramuros dessas profissionais. As servidoras demonstram que sempre foram confrontadas por sua

força física e padrões de beleza. Outro ponto, são as psicopatias resultantes do trabalho no sistema prisional, como o estresse e depressão, a falta de efetivo funcional e a de horas de descanso nos turnos de trabalho, associadas a posição hegemônica dos homens na profissão. Os autores revelaram que o mesmo desrespeito aos direitos humanos das presas, se estendia às agentes penitenciárias.

O artigo “Por trás dos muros...”: representações sociais de gênero de agentes de segurança penitenciária teve como objetivo “analisar como se configuram as representações sociais de gênero entre agentes penitenciários em um presídio localizado em uma cidade na região do Triângulo Mineiro” (SILVA DE ALMEIRA; ENOQUE; BORGES, 2017, p. 101). Em entrevistas com agentes penitenciários do sexo feminino e masculino, concluiu-se que a mulher é vista como frágil e que as atividades que exigem força física são destinadas aos homens, em detrimento que as atividades administrativas são destinadas as mulheres. Igualmente, apontaram um processo velado de masculinização das agentes penitenciárias, que sofriam discriminação dentro da sua organização profissional, bem como da sociedade em geral. Os autores sugeriram mais estudos sobre gênero no contexto prisional, para fins de comparações.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado “Ou aqui vocês são todos homens, ou aqui vocês são todas mulheres”: cárcere e o mito da virilidade pela perspectiva das agentes penitenciárias, realizado no Paraná, teve por objetivo “explicitar como as agentes femininas sofrem uma resignificação de suas funções ao se inserirem em ambientes tipicamente masculinos, quebrando uma ordem social heteronormativa” (GARCIA, 2019, p. 16). As agentes penitenciárias afirmaram sentir dor, opressão e desrespeito, através dos comentários ofensivos e das suas habilidades contestadas, em um ambiente insalubre e precário.

O artigo intitulado “As donas da cadeia: reflexões sobre o trabalho das agentes de segurança penitenciária de Minas Gerais” teve como objetivo “refletir sobre o trabalho das agentes de segurança penitenciárias de Minas Gerais” (QUIRINO et al., 2019, p. 1). As pesquisadoras apontaram que as mulheres pouco chegam aos cargos de gestão, pois há uma desconfiança em designar atividades devido a fragilidade. As agentes informaram que não tem uma rotina pré-estabelecida por causa dos plantões em finais de semana e feriados, a ausência de instalações físicas, como banheiros e alojamentos femininos adequados, devido a isso, ficam com saúde física e mental

comprometida. As autoras sugeriram mais pesquisas as profissionais femininas do sistema penitenciário.

A dissertação de mestrado intitulada “Entre muros, celas e sombras: história oral de mulheres trabalhadoras de uma instituição prisional”, realizada no estado da Paraíba, teve como objetivo “conhecer a história de agentes de segurança penitenciária de uma instituição prisional feminina” (SOARES, 2017, p.15). As servidoras discorreram sobre a busca do concurso pela estabilidade financeira e pelo número de folgas. Outrossim, foi apontado o preconceito social com a profissão, a estigmatização e a desqualificação deste serviço, apesar de todas as profissionais pesquisadas terem no mínimo nível superior de ensino. A vida em constante alerta, mostrou interferência nas relações sociais, e conseqüentemente, o adoecimento físico e mental. A pesquisadora ressaltou que deveria ser dado voz as servidoras e desenvolvidas novas estratégias para a qualidade de vida.

O artigo “Significados da ressocialização para agentes penitenciárias em uma prisão feminina: entre o cuidado e o controle”, realizada no Rio Grande do Sul, teve como objetivo “investigar a percepção de uma agente penitenciária acerca de suas atribuições, especialmente sobre o seu papel como coparticipante em processos de ressocialização de mulheres privadas de liberdade” (BARCINSKI; CÚNICO; BRASIL, 2017, p. 1257). As pesquisadoras alegam uma melhor qualidade das relações das agentes mulheres com as privadas de liberdade e que agentes se esforçam para promover ressocialização em um ambiente carcerário que só amplia a marginalização.

O artigo intitulado “Violências nas relações de trabalho em contexto prisional” realizado no estado do Paraná, teve o objetivo de “identificar e refletir sobre condições e relações de trabalho, o dia a dia, mecanismos de naturalização do poder nas relações hierárquicas que podem impactar na saúde mental de servidores de diversas funções dentro do sistema prisional” (DA COSTA, LIMA E FERRACIOLLI, 2019, p. 75). As violências como intimidação, posturas agressivas, comentários mentirosos, desqualificação e agressão física foram mais persistentes em relação ao sexo feminino, quando comparado ao masculino. Os pesquisadores sugeriram investimentos em qualificação profissional e atendimento de saúde mental dos servidores.

O artigo “Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: intersecções entre gênero, trabalho, violência(s) e saúde” teve como objetivo

“compreender as relações entre gênero, violências e o processo saúde-doença de mulheres que trabalham na área de segurança pública no litoral do estado do Paraná” (SCHNEIDER; SIGNORELLI; PEREIRA, 2017, p. 3003). Durante a leitura das entrevistas, os pesquisadores testemunharam as formas de violência sofridas pelas profissionais da segurança pública, a saber as violências urbana, de gênero e a institucional, além de assédio sexual, moral, as condições insalubres de trabalho, a sobrecarga laboral e a insatisfação profissional. Essas relações negativas acabaram por repercutir na vida social e familiar das servidoras.

O apanhado de pesquisas arguiu sobre a supremacia masculina, em uma sociedade patriarcal, que apesar dos avanços da inclusão da mulher nas diferentes carreiras, ainda fragiliza, diminui e relega tarefas menos exigentes a quem tem a mesma preparação para atuar. O cargo de agente penitenciário exige um curso de formação profissional, portanto, as mulheres têm a mesma qualificação para atuar no ambiente prisional.

Frente a todo o estigma social, da mídia e aos inúmeros problemas do sistema prisional brasileiro, no que tange a superpopulação carcerária, a falta de efetivo funcional, o excesso de cargas de trabalho e a baixa remuneração salarial, que levam ao desenvolvimento de síndromes e doenças mentais, as mulheres sofrem duplamente dentro de suas próprias instituições, onde os cargos de chefia são relegados aos homens, enquanto as mulheres destinam-se os cargos administrativos. Por mais relevante e essencial a atuação das mulheres dentro das penitenciárias, seu esforço e formação é contestado e à elas são relegados os papéis de submissão e subordinação.

Fica perceptível a violação dos direitos humanos, quando mulheres não tem estrutura física (alojamentos e banheiros) adequados para suas necessidades. De resto, acrescenta-se a disparidade, discriminação, desigualdade e a dominação masculina, no tratamento recebido pelas mulheres dentro do seu próprio ambiente de trabalho. Concorda-se com Garcia (2019, p. 35) quando aponta que:

Embora as hierarquias de classe e raça incidam no acesso aos espaços públicos, a divisão sexual do trabalho e as formas de construção do feminino fazem com que as mulheres, por serem mulheres, tenham chances menores de ocupar posições dentro do mercado de trabalho e obter uma autonomia decisória na vida doméstica e íntima (GARCIA, p. 2019, p.35).

Defronte de todos os estigmas da profissão de agente penitenciário, em um ambiente que viola os direitos humanos, as mulheres trabalhadoras do sistema prisional, são ignoradas frente as suas especificidades e sofrem inúmeros tipos de violência. No que corresponde as questões atinentes aos assédios sexuais, morais e as violências psicológicas, morais e patrimoniais. Em suma, a problemática se estende a diversas regiões brasileiras, o que elucida a urgência de medidas que excluam ou amenizem essas diferenças que agravam a vulnerabilidade histórica das mulheres que trabalham na segurança pública.

4. Considerações finais

O objetivo do artigo foi realizar um Estado da Arte sobre o tema de gênero feminino de agentes penitenciários no Brasil, a partir das pesquisas brasileiras publicadas nos principais repositórios. As pesquisas tiveram ênfase nas análises sociais, políticas e trabalhistas.

Frente as escassas pesquisas encontradas neste âmbito, outro ponto relevante é que os autores das pesquisas, são predominante mulheres, mostrando que a maioria das interessadas em pesquisar a temática são as próprias mulheres. Sugere-se mais pesquisas em todo Brasil com ênfase na servidora mulher.

Ficou evidente a disparidade sofrida pela servidora atuante no sistema prisional, quando relataram o sentimento de inferioridade e que os seus direitos humanos básicos não foram atendidos. As violências, com ênfase na psicológica e física, o assédio moral e sexual sofrido por muitas servidoras, acabam por fomentar mais violência em um ambiente violento.

A mudança de paradigmas exigem luta e resiliência, começando pela união das mulheres em prol do nosso bem comum, desafiando o pensamento sexista. Que possamos superar os momentos que somos diminuídas, que não aceitemos situações degradantes, violentas e preconceituosas em razão qualquer, muito menos por sermos mulheres. Por fim, que possamos ser libertadas das aparências e do mero valor da imagem, e sejamos reconhecidas pelo nosso valor e criticidade.

As considerações aqui apontadas, pretenderam contribuir de forma propositiva aos Estados e às suas secretarias de administração penitenciária, como um balizador

da necessidade de um debate ao nível institucional e de qualificação sobre as questões de gênero entre os servidores penitenciários. A criação de redes de apoio entre as servidoras pode ser um caminho para o reconhecimento das lutas e das mudanças a serem angariadas pelas mulheres atuantes nesse contexto.

Referências

ATTIANESI, Daniel. A construção das feminilidades nos discursos das agentes penitenciárias do Instituto Penal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 37-57, 2019.

BARCINSKI, Mariana; CUNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim. Significados da ressocialização para agentes penitenciárias em uma prisão feminina: entre o cuidado e o controle. **Trends in Psychology**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 3, p. 1257-1269, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

COSTA e SILVA, Francisca Jocineide da; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. O estado da arte nas pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO*, n. 18, 2014, Recife. **Anais [...]** Recife: Universidade Federal Rural do Pernambuco, 2014, p.346-362. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648>>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

DA COSTA, Aldemar Balbino; LIMA, Francisca Vieira; FERRACIOLLI, Márcio Cesar. Violências nas relações de trabalho em contexto prisional. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, p. 75-91, 2019.

FARIAS, Leila Karenina Ferreira; MENEGAT, Kellyn Gaiki. O agente penitenciário feminino no sistema prisional catarinense. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE*, n. 2, 2020, Criciúma. **Anais [...]** Criciúma: UNESC, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/5819>>. Acesso em: 11 de nov. 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**. v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

GARCIA, Rhaisa Andrezza Vereta. **"Ou aqui vocês são todos homens, ou aqui vocês são todas mulheres"**: cárcere e o mito da virilidade pela perspectiva das agentes penitenciárias. 2019. 145p. Trabalho de conclusão de curso de direito – Centro Universitário Campo Real, Guarapuava, Paraná, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/49358953/_ou_aqui_voc%C3%8as_s%C3%83o_todos_homens_ou_aqui_voc%C3%8as_s%C3%83o_todas_mulheres_c%C3%A1rcere_e_o_mito_da_virilidad_e_pela_perspectiva_das_agentes_penitenci%C3%A1rias>. Acesso em: 23 de nov. 2021.

MADRUGA, Marina. Agentes penitenciárias no universo masculino dos presídios da 5ª região penitenciária. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 7, n. 1, 2021.

QUIRINO, Raquel, et al. As "donas da cadeia": reflexões sobre o trabalho das agentes de segurança penitenciária de Minas Gerais." *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO*, n. 4, 2019, Recife. **Anais [...]** Recife: Centro Multidisciplinar de Estudos e Pesquisa,

2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64272>>. Acesso em: 16 de nov. 2021.

ROSSATO, Marcia. **Qualidade de vida entre agentes da penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May/ Mato Grosso**. 2017. 73p. Monografia da Especialização em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, 2017. Disponível em: <<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4278>>. Acesso em: 4 de nov. 2021.

RUDNICKI, Dani; SCHÄFER, Gilberto; SILVA, Joana Coelho da. As máculas da prisão: estigma e discriminação das agentes penitenciárias. **Revista Direito GV**, v. 13, n. 2, p. 608-627, 2017.

SCHNEIDER, Daniele; SIGNORELLI, Marcos Claudio; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: intersecções entre gênero, trabalho, violência(s) e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2017, v. 22, n. 9. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.07892016>>. Acesso em: 5 de jan. 2022.

SILVA, Ana Zaira. **Hipertensão arterial em mulheres presas e agentes penitenciárias brasileiras**. 2020. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57432/2/2020_tese_azsilva.pdf>. Acesso em: 5 de nov. 2021.

SILVA DE ALMEIDA, Lorrana Laila; ENOQUE, Alessandro Gomes; BORGES, Alex Fernando. “Por Trás dos Muros...”: Representações Sociais de Gênero de Agentes de Segurança Penitenciária. **Revista Gestão & Conexões**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 101–133, 2017.

SOARES, Camila Carla Dantas. **Entre muros, celas e sombras: história oral de mulheres trabalhadoras de uma instituição prisional**. 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_9f6eae8f839c65ecf27a9b13c8e9946>. Acesso em: 26 de nov. 2021.

VENÂNCIO, Lidiany da Silva, et al. Esgotamento psicológico e qualidade de vida de agentes penitenciárias de uma unidade penal feminina. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 18, n. 3, p. 312-321, 2020.